

ATUAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Waldir Duarte Costa Filho¹; Alexandre Luiz Souza Borba¹; Waldir Duarte Costa² & Margarida Regueira da Costa¹

¹ CPRM Serviço Geológico do Brasil; ² COSTA Consultoria e Serviços Técnicos e Ambientais Ltda

RESUMO: Devido à grande procura por água subterrânea para abastecimento doméstico particular através de poços tubulares, desde a década de 90, necessitou-se de normatizações para regular a exploração dos aquíferos, preservando-os. Nesse sentido, foi publicada a Lei nº 11.427/1997 e seu Decreto nº 20.423/1998, dispondo sobre o uso da água subterrânea no Estado de Pernambuco. Desde então, a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, vinculada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco – CRH/PE, vem, constantemente colaborando para a gestão dos recursos hídricos no Estado. A partir dos trabalhos realizados pela CTAS, o CRH/PE vem aprovando Resoluções para a gestão dos recursos hídricos no Estado. Dentre outras Resoluções, podemos citar a Resolução nº 04/2003 sobre o zoneamento de exploração na cidade do Recife, a Resolução nº 01/2009 sobre a realização de testes de bombeamento de poços, a Resolução nº 10/2009 sobre a obrigatoriedade de realização de análises físico-químicas e bacteriológicas com parâmetros físico-químicos e bacteriológicos específicos, e a Resolução nº 01/2010 sobre a obrigatoriedade de realização de manutenção preventiva de poços tubulares com elaboração e apresentação de relatório técnico por formulário padrão. A partir delas, o setor vem melhorando a qualidade dos serviços realizados e sua apresentação junto ao órgão gestor do Estado, a Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos – SRHE. Recentemente, realizou uma revisão da Lei nº 11.427/1997, a qual foi aprovada pelo CRH/PE e posteriormente encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE para substituí-la como uma nova lei.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação, Gestão, Água Subterrânea.